

ÍNDICE

	Págs.
1. NOÇÃO DE DIREITO FINANCEIRO. AMBITO E NATUREZA	7
2. DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DO ESTUDO. AS DUAS QUESTÕES ESSENCIAIS	9
3. O NOVO DIREITO ORÇAMENTAL	13
a) A preparação do orçamento	14
I—O conteúdo da proposta governamental do orçamento	16
II—A classificação das despesas	17
a) Os seus efeitos. A avaliação das despesas	20
III—O critério do direito português	20
IV—As várias metodologias usadas	23
V—O direito português	39
a) A subordinação à lei das grandes opções do plano	39
b) A solução da Lei n.º 40/83 e a orçamentação do plano	41
c) A hierarquia dos diplomas	42
d) Os orçamentos-programa no direito português	46
e) A previsão orçamental	49
f) As despesas plurianuais	51
g) O regime da fiscalização e alterações orçamentais	53
b) A noção de planificação financeira	55
I—Consequências mais importantes	56
a) A concepção geral da actividade financeira da Constituição	56
b) O carácter material da norma de aprovação do orçamento	57